

LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES

**TUTELA JURÍDICA DOS
INTERESSES DIFUSOS**

**Uma comparação entre o poder
de polícia e a ação civil pública
no controle da poluição**



Porto Alegre / 2013

© *Leonardo Albuquerque Marques*

Capa: *André Ressel*

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

Revisão: *Maria de Lourdes Ferrari Horta*

M357t Marques, Leonardo Albuquerque

Tutela jurídica dos interesses difusos : uma comparação entre o poder de polícia e ação civil pública no controle da poluição / Leonardo Albuquerque Marques. – Porto Alegre : Núria Fabris Ed., 2013.

192 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8175-022-4

1. Interesse Difuso : Brasil. 2. Ação Civil Pública : Meio Ambiente : Brasil. 3. Poder de Polícia : Aspectos Ambientais : Brasil. 4. Reparação do Dano : Direito Ambiental. I. Título.

CDU – 347.922:504(81)

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a

NÚRIA FABRIS EDITORA

Rua Gen. Caldwell, 814 – Menino Deus

CEP 90130-050 – Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3231-9321

Fax: (51) 3013-3339

E-mail: nuriafabris@terra.com.br

Site: www.livrariafabris.com.br

Sumário

Lista de abreviaturas.....	9
Apresentação	11
Prefácio.....	15
1 Introdução	19
2 Os interesses difusos no ordenamento jurídico brasileiro	33
2.1 Considerações iniciais.....	33
2.2 Evolução histórica.....	35
2.2.1 O contexto normativo anterior ao CPC.....	37
2.2.2 Do CPC de 1973 à Constituição de 1988.....	40
2.2.3 Da Constituição de 1988 aos dias atuais.....	47
2.3 Os interesses coletivos e difusos nas Leis 7.347/85 e 8.078/90	48
3 Os interesses difusos, os benefícios coletivos e a ação civil pública revisitados.....	61
3.1 Sobre a necessidade de análise das decisões nas ações judiciais coletivas com base em critérios de bem-estar	62
3.2 Distinção entre interesses e benefícios	76
3.3 Dos interesses difusos como categoria jurídica factível apenas se tomada por base o plano individual	80

3.4 A importância do papel da escolha institucional para a defesa das contingências que envolvam interesses difusos lesados por externalidades ambientais	91
3.5 Das deficiências na utilização de critérios compensatórios utilizados na resolução de conflitos envolvendo interesses difusos	99
3.6 Considerações finais	108
4 Comparação da performance da ação civil pública com o poder de polícia na internalização de externalidades negativas causadas por emissões atmosféricas	111
4.1 Vantagens da análise consequencialista sobre o uso de critérios compensatórios nas questões relativas a emissão de efluentes	114
4.2 Os sujeitos processuais na ação civil pública e a fixação de padrões de comportamento em matéria ambiental: uma identificação do sistema jurídico brasileiro	126
4.3 A ação civil pública como instrumento de implementação de decisões políticas: uma comparação institucional com o poder de polícia ambiental	143
4.3.1 Poder de polícia: noções conceituais e características	144
4.3.2 A ação civil pública e o poder de polícia: institutos destinados ao fornecimento de bens públicos	154
4.3.3 Os custos de informação para a ação civil pública e para o exercício do poder de polícia	161
4.3.4 Análise dos custos de organização para a ação civil pública e para o exercício do poder de polícia	167
4.4 Considerações finais	175
5 Conclusões	179
Referências	187